



PARECER Nº

0239-1.2026/SAJ/RRV

Objeto:

Projeto de Lei do Legislativo nº 066/2026

Assunto:

Institui a Política Pública de Mobilidade voltada à implantação de vagas especiais de parada rápida destinadas ao embarque e desembarque de passageiros de veículos utilizados no serviço de transporte individual privado remunerado de passageiros intermediado por plataformas digitais no Município de Jacareí, e dá outras providências.

Autor/Interessado: Vereador Siufarne do Cidade Salvador

Ementa:

Projeto de Lei. Art. 30, I, CF. Matéria de gestão administrativa. Arquivamento.

1.

RELATÓRIO

1.

Trata-se de Projeto de Lei do Legislativo, de autoria do Vereador Siufarne do Cidade Salvador, que *institui a Política Pública de Mobilidade voltada à implantação de vagas especiais de parada rápida destinadas ao embarque e desembarque de passageiros de veículos utilizados no serviço de transporte individual privado remunerado de passageiros intermediado por plataformas digitais no Município de Jacareí.*

2.

Na justificativa, o autor do projeto mencionou que o objetivo é estabelecer diretrizes para a implantação de vagas especiais de parada rápida destinadas ao embarque e desembarque de passageiros de veículos utilizados no serviço de transporte individual privado remunerado de passageiros, intermediado por plataformas digitais.

3.

O projeto foi encaminhado para este órgão de consultoria para avaliação de seus pressupostos jurídicos.





II. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

4. O art. 30, inciso I, da Constituição Federal autoriza o Município a *legislar sobre assuntos de interesse local*.

5. Todavia, a matéria deve observar a repartição constitucional de competências e a separação entre os Poderes.

6. No caso, embora a proposta possua relação com a mobilidade urbana, seu conteúdo interfere diretamente na organização e utilização do sistema viário municipal.

7. Com efeito, o art. 24 do Código de Trânsito Brasileiro atribui aos órgãos executivos de trânsito dos Municípios, *entre outras competências*, o planejamento, a regulamentação e a operação do trânsito, bem como a implantação e manutenção da sinalização e dos equipamentos de controle viário.

8. Assim, a definição dos locais, condições de implantação, utilização e sinalização de vagas destinadas a determinada finalidade constitui matéria inserida na esfera de atuação administrativa do Poder Executivo.

9. Embora o presente projeto reserve ao Executivo a definição dos locais e a implantação das vagas, a própria proposição parlamentar cria a modalidade específica da vaga, estabelece sua finalidade e disciplina sua utilização e sinalização, interferindo, portando, em atividade própria da administração.

10. Além disso, esta Secretaria já se manifestou, no Parecer nº290.1/2024, referente ao PLL nº 68/2024, pela existência de vício de iniciativa em proposição de conteúdo semelhante: *criação de vagas de embarque e desembarque destinadas a motoristas de aplicativos*.





III.

CONCLUSÃO

11. Diante do exposto, entendemos que o projeto apresenta impedimento para sua tramitação, em razão de inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa, pois interfere em matéria de gestão administrativa e organização do sistema viário municipal, motivo pelo qual se encontra *inapto* a ser apreciado pelos Nobres Vereadores.

12. O presente PLL deverá ser submetido às Comissões de a) Constituição e Justiça e b) Obras, Serviços Públicos e Urbanismo.

13. *Caso o projeto eventualmente não seja arquivado*, para a sua aprovação, estará sujeito a turno único de discussão e votação, necessitando do voto favorável da *maioria simples* para sua aprovação.

14. Este parecer é opinativo e não vinculante.

15. À Secretaria Legislativa, para prosseguimento.

Jacaré, 22 de setembro de 2026.

RENATA RAMOS VIEIRA

CONSULTOR JURÍDICO-LEGISLATIVO

OAB/SP Nº 235.902

Acolho o parecer.

WAGNER TADEU BACCARO MARQUES
Secretário-Diretor Jurídico





CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

Deliberação:

PLL Nº 68/2024

ARQUIVADO

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO

DATA DE PROTOCOLO: 06/09/2024.

Cód. 03.00.02.06 - VC - P

Data: 03/10/2024

Norma:

Felipe Santos de Lima
Felipe Santos de Lima
 Secretário-Diretor Legislativo
 Assinatura

**ARQUIVADO EM RAZÃO DE PARECER
 CONTRÁRIO DO JURÍDICO E DA CCJ
 (INCISO III, ART. 87, C/C § 11 DO ART. 124 RI)**

Ementa (assunto):

Dispõe sobre a criação de vaga de embarque e desembarque para motoristas que realizam o serviço de transporte individual de passageiros, oferecido e solicitado exclusivamente por aplicativos ou por outras plataformas de comunicação em rede, no âmbito do município de Jacareí e dá outras providências.

Autoria:

Vereadora: Juliana da Fênix

Distribuído em:

06/09/2024

Para as Comissões:

1 e 8

Prazo das Comissões:

03/10/2024

Prazo fatal:

Turnos de votação:

1

Observações:

Anotações:

06/09/2024 - Projeto protocolado, distribuído e encaminhado ao Jurídico (Prazo: 17/09/2024).

12/09/2024 - Parecer Jurídico: Projeto Inapto (10)

23/09/2024 - Parecer C1: Arquivamento (12)

26/09/2024 - Parecer da Presidência: Arquivamento (13)



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

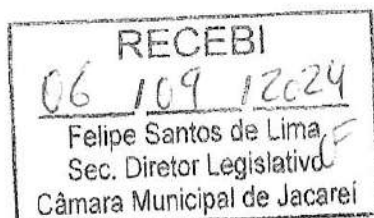
Folha

028

Câmara Municipal
de Jacareí

PROJETO DE LEI

Dispõe sobre a criação de vaga de embarque e desembarque para motoristas que realizam o serviço de transporte individual de passageiros, oferecido e solicitado exclusivamente por aplicativos ou por outras plataformas de comunicação em rede, no âmbito do município de Jacareí e dá outras providências.



O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Ficam criados, no âmbito do município de Jacareí, pontos de embarque e desembarque de usuários de transporte individual remunerado de passageiros, oferecido e solicitado exclusivamente por meio de aplicativos, ou por outras plataformas de comunicação em rede, após verificados os critérios de oportunidade e conveniência.

Parágrafo único. Poderão ser implantadas no Município outras diretrizes não especificadas nesta Lei, no que o Executivo entender necessário para efetiva execução.

Art. 2º O número de pontos de embarque e desembarque, assim como os locais para instalação, serão definidos pelo órgão competente do Poder Executivo, levando-se em consideração as áreas de grande circulação abaixo elencadas, como exemplos:

- I - Terminal Rodoviário;
- II - Hospitais;
- III - Unidades de Saúde e/ou Unidades de Pronto Atendimento;
- IV - Universidades e escolas;
- V - Shoppings;
- VI - Supermercados;
- VII - Área Central do Município;
- VIII - Outros pontos que o órgão competente julgar pertinente.



189

CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE

088
Câmara Municipal

Projeto de Lei do Legislativo – Dispõe sobre a criação de vaga de embarque e desembarque para motoristas que realizam o serviço de transporte individual de passageiros, oferecido e solicitado exclusivamente por aplicativos ou por outras plataformas de comunicação em rede, no âmbito do município de Jacareí e dá outras providências – Fls. 2

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor decorridos 180 (cento e oitenta) dias da data de sua publicação, prorrogável por igual período em caso de necessidade de adequações viárias complexas, devidamente comprovada por estudos técnicos.

Câmara Municipal de Jacareí, 5 de setembro de 2024.


JULIANA DA FÊNIX
Vereadora - PL

Autoria do Projeto: Vereadora Juliana da Fênix



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

Projeto de Lei do Legislativo – Dispõe sobre a criação de vaga de embarque e desembarque para motoristas que realizam o serviço de transporte individual de passageiros, oferecido e solicitado exclusivamente por aplicativos ou por outras plataformas de comunicação em rede, no âmbito do município de Jacareí e dá outras providências – Fls. 3

JUSTIFICATIVA



O presente projeto de lei visa criar vagas de embarque e desembarque para motoristas que realizam o serviço de transporte individual de passageiros, oferecido e solicitado exclusivamente por aplicativos ou por outras plataformas de comunicação em rede, em locais de grande circulação de pessoas.

Entendemos que, com o crescimento das cidades, o poder público precisa fomentar políticas que contribuam com o sistema de mobilidade urbana, pois, com o aumento do número de carros em circulação, fica reduzida a atual quantidade de vagas para parada de veículos.

Nos últimos anos, o uso de aplicativos de mobilidade cresceu muito. De acordo com dados fornecidos por uma das principais operadoras de transporte no país, em 10 anos de atuação: 125 milhões de brasileiros já utilizaram o aplicativo pelo menos uma vez (o que corresponde a aproximadamente 80% da população adulta do país); 5 milhões de brasileiros geraram renda com a plataforma em algum momento; mais de R\$ 140 bilhões foram repassados pela plataforma aos motoristas e entregadores parceiros; e mais de R\$ 11 bilhões de viagens já foram realizadas no Brasil.

Diante dessas informações, podemos observar a necessidade da criação de vagas devidamente sinalizadas para oferecer maior comodidade e segurança para os usuários do serviço e evitar a penalização, por alguma infração de trânsito, dos prestadores desse relevante serviço que, muitas vezes, encontram dificuldades para parar em local adequado durante a solicitação de uma corrida.

Registramos que muitos aeroportos já contam essas vagas exclusivas, impactando diretamente na qualidade e segurança dos serviços oferecidos à população.

Desta forma, apresentamos este projeto de lei e pedimos o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

Câmara Municipal de Jacareí, 5 de setembro de 2024.


JULIANA DA FÊNIX
Vereadora - PL



5 multas de trânsito 'sob medida' para taxistas e motoristas de aplicativo

Existem infrações de trânsito que taxistas e motoristas de aplicativos como Uber e 99 estão mais sujeitos a cometer do que a média dos condutores de veículos.

A razão disso é a rotina de embarque e desembarque de passageiros, que nem sempre acontece em locais ou circunstâncias, autorizados pela legislação, como estacionar em fila dupla ou em faixa ou corredor exclusivo de ônibus.

Para não perder o cliente, condutores param onde não deveriam, ainda que por breve período de tempo - por vezes, estacionam até sobre a calçada, com a intenção de não atrapalhar o trânsito. A prática é proibida pelo CTB (Código de Trânsito Brasileiro).

Também é comum ligar o pisca-alerta, com o carro ainda em movimento, e encostar junto ao meio-fio para pegar ou deixar um passageiro - outro hábito vetado pela legislação de trânsito.

No caso dos taxistas, muitos dispõem de pontos específicos, autorizados pela prefeitura, nos quais eles podem efetuar embarque e desembarque sem o risco de receberem uma autuação.

Vale destacar que hoje até os chamados "motoristas de praça" captam boa parte dos respectivos passageiros por meio de aplicativos. Programas como o Uber também disponibilizam áreas para embarque e desembarque, porém em quantidade muito menor e restritas a locais de grande circulação de veículos, como aeroportos e terminais de ônibus.

O motorista de Uber Thiago Ferreira da Silva admite que comete algumas das infrações descritas acima - segundo ele, por falta de alternativa. "Já parei em fila dupla e em cima da calçada várias vezes, mas somente se o passageiro já estiver aguardando no local indicado pelo GPS.

Por exemplo, aparece um cliente na Avenida Paulista, uma via onde é ruim de parar. Se a pessoa está no 13º andar e pede Uber, eu posso chegar antes de ela ter descido. Ai complica, porque não dá para ficar esperando", relata.

De acordo com ele, a própria Uber orienta os motoristas parceiros a cancelar a corrida e informar que o motivo do cancelamento foi a falta de um local de parada para o embarque

ou a ausência do passageiro. Assim, explica, não há prejuízo à pontuação do condutor por cancelamentos injustificados pioram sua avaliação no aplicativo.

"O passageiro tem de estar esperando. Se ele não estiver, cancelo e vou embora. Não dá para ficar parado em local proibido, senão depois vem a multa".

De acordo com Silva, outros colegas de Uber não têm o mesmo cuidado. "O cara para do nada, nem dá seta.

"O passageiro tem de estar esperando. Se ele não estiver, cancelo e vou embora. Não dá para ficar parado em local proibido, senão depois vem a multa". De acordo com Silva, outros colegas de Uber não têm o mesmo cuidado. "O cara para do nada, nem dá seta". Para obter autorização para trabalhar como motorista de aplicativo na capital paulista, o profissional tem de participar de um curso on-line sobre legislação de trânsito e depois preencher um questionário - disponibilizado no próprio programa. As aulas virtuais são elaboradas e disponibilizadas por CFCs (Centros de Formação de Condutores).

UOL Carros questionou a Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes de São Paulo se existem estatísticas de multas aplicadas para táxis e motoristas de aplicativos como Uber e 99. Também perguntou se existem ações de fiscalização voltadas para essa categoria de condutores. O órgão respondeu que não dispõe desse recorte específico e que a fiscalização na cidade foca todos os tipos de motorista. Com a assistência de Marco Fabrício Vieira, membro da Câmara Temática de Esforço Legal do Contran (Conselho Nacional de Trânsito) e conselheiro do Cetran-SP (Conselho Estadual de Trânsito de São Paulo), apontamos abaixo infrações frequentemente cometidas no embarque e no desembarque de passageiros.

5 infrações de trânsito campeãs entre taxistas e motoristas de Uber (uol.com.br)

RESOLUÇÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRÂNSITO – SMT/SETRAM Nº 32 DE 5 DE JUNHO DE 2024

Disciplina o embarque de passageiros, com origem no Aeroporto de São Paulo/Congonhas (CGH) – Deputado Freitas Nobre, pelos motoristas e veículos cadastrados nas Operadoras de Tecnologia Transporte Credenciadas – OTTCs, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 32, DE 05 DE JUNHO DE 2024

“Disciplina o embarque de passageiros, com origem no Aeroporto de São Paulo/Congonhas (CGH) – Deputado Freitas Nobre, pelos motoristas e veículos cadastrados nas Operadoras de Tecnologia Transporte Credenciadas – OTTCs, e dá outras providências.”

O Comitê Municipal de Uso do Viário, na forma do Decreto Municipal nº 56.981, de 10 de maio de 2016, torna público que, em sessão realizada no dia 28 de maio de 2024,

RESOLVEU:

Art. 1º. Esta Resolução disciplina o embarque de passageiros, com origem no Aeroporto de São Paulo/Congonhas (CGH) – Deputado Freitas Nobre, pelos motoristas e veículos de transporte remunerado privado individual de passageiros cadastrados nas Operadoras de Tecnologia Transporte Credenciadas – OTTCs, na forma do Decreto Municipal nº 56.981, de 10 de maio de 2016, e legislações correlatas.

Parágrafo único. O desembarque de passageiros pelos motoristas e veículos descritos no caput deverá ser realizado nos locais devidamente autorizados no Aeroporto de São Paulo/Congonhas (CGH) – Deputado Freitas Nobre, não sendo objeto desta Resolução.

Art. 2º. As Operadoras de Tecnologia Transporte Credenciadas - OTTCs deverão habilitar o embarque de passageiros exclusivamente nos locais especificados na “Zona de Embarque de Aplicativos – ZEA”.

§ 1º. Considera-se “Zona de Embarque de Aplicativos – ZEA”, nos termos desta Resolução, os locais de permissão ao fluxo viário para embarque de passageiros pelos motoristas e veículos credenciados nas Operadoras de Tecnologia Transporte Credenciadas – OTTCs, na rede viária do Aeroporto de São Paulo/Congonhas (CGH) – Deputado Freitas Nobre, com suas respectivas sinalizações e delimitações de espaços e vias, que dependerão de aprovação pela autoridade de trânsito competente.

V9

§ 2º. Não será permitido o embarque de passageiros pelos motoristas e veículos de transporte remunerado privado individual cadastrados nas Operadoras de Tecnologia Transporte Credenciadas – OTTCs, no Aeroporto de São Paulo/Congonhas (CGH) – Deputado Freitas Nobre, ~~salvo naquelas localidades aprovadas pela autoridade de trânsito competente na "Zona de Embarque de Aplicativos – ZEA".~~

08.8
Câmara Municipal
de Jacareí

§ 3º. Quaisquer outras organizações relativas aos veículos prestadores de transporte remunerado privado individual de passageiros na rede viária do Aeroporto de São Paulo/Congonhas (CGH) – Deputado Freitas Nobre, serão de responsabilidade das Operadoras de Tecnologia Transporte Credenciadas – OTTCs, respeitadas as regras de trânsito e normativas incidentes.

Art. 3º. A fiscalização do cumprimento das obrigações previstas nesta Resolução será feita, no âmbito da respectiva competência, pelo Departamento de Transportes Públicos – DTP, sem prejuízo do estabelecido na Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro - CTB) e demais legislações correlatas.

Parágrafo único. A competência de fiscalização prevista no caput não derroga as atribuições legais de trânsito exercidas pela Companhia de Engenharia de Tráfego – CET e por outros órgãos.

Art. 4º. As infrações deverão ser remetidas à Secretaria Executiva do Comitê Municipal de Uso do Viário – CMUV, mediante relatório circunstanciado expedido pelas autoridades municipais e agentes públicos responsáveis pela fiscalização, conforme formulário de autuação constante na Resolução SMT/CMUV nº 29, de 23 de novembro de 2021.

Parágrafo único. A remessa descrita no caput à Secretaria Executiva do Comitê Municipal de Uso do Viário – CMUV terá como fim o cumprimento de suas atribuições previstas no artigo 27, § 5º, do Decreto Municipal nº 56.981, de 10 de maio de 2016, aplicando-se o rito processual da Resolução SMT/CMUV nº 29, de 23 de novembro de 2021.

Art. 5º. O descumprimento das obrigações constantes nesta Resolução sujeitará a Operadora de Tecnologia Transporte Credenciada - OTTC infratora às penalidades previstas nos artigos 11 e 12 da Resolução SMT/CMUV nº 01, de 12 de maio de 2016.

Art. 6º. Esta Resolução entrará em vigor no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

Gilmar Pereira Miranda

Secretário Executivo de Transporte e Mobilidade Urbana (SETRAM)

Presidente do Comitê Municipal de Uso Viário (CMUV)

Luis Felipe Vidal Arellano

Representante da Secretaria Municipal da Fazenda (SF)

Armando Luís Palmiere

Representante da Secretaria de Governo Municipal (SGM)



Maria Albertina Afonso Henke (suplente)

Representante da Secretaria Municipal de Subprefeituras (SMSUB)

José Roberto Kopenhagen

Representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras (SIURB)

A handwritten signature, possibly "J. Kopenhagen", written in ink.

Luiza Meuchi de Oliveira

Representante da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL)

Silvia Helena da Silva Drumond

Representante da Secretaria Municipal de Saúde (SMS)

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

De
SAJ

Referente: PLL nº 068/2024

Autoria do projeto: Vereadora Juliana da Fênix

Assunto: "Dispõe sobre a criação de vaga de embarque e desembarque para motoristas que realizam o serviço de transporte individual de passageiros, oferecido e solicitado exclusivamente por aplicativos ou por outras plataformas de comunicação em rede, no âmbito do município de Jacaréi e dá outras providências".

PARECER Nº 290.1/2024/SAJ/WTBM

Ementa: Projeto de Lei Municipal. Criação de vaga de embarque e desembarque. Gestão administrativa. Matéria de iniciativa exclusiva do Executivo. Inconstitucionalidade.

I. DO RELATÓRIO

1. Trata-se de Projeto de Lei, da Vereadora Juliana da Fênix, que dispõe sobre a criação de vaga de embarque e desembarque para motoristas que realizam o serviço de transporte individual de passageiros, oferecido e solicitado exclusivamente por aplicativos ou por outras plataformas de comunicação em rede, no âmbito do município de Jacaréi.

2. Segundo a justificativa apresentada, o presente projeto visa fomentar políticas que contribuam com a mobilidade urbana, oferecendo mais



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

229
FOLHA

10/10/21
SAJ

comodidade e segurança aos usuários e prestadores e serviço do sistema de transporte gerenciado por aplicativos.

3. É o breve relatório, passamos a análise e manifestação.

II. DA FUNDAMENTAÇÃO

4. A Constituição Federal, em seu artigo 30, inciso I, dispõe que é competência dos Municípios "legislar sobre assuntos de interesse local".

5. Já a Lei Orgânica do Município (Lei nº. 2.761/90), em seu artigo 40 e o art. 93, §2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, estabelecem acerca dos assuntos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal.

6. A separação e independência dos poderes estão previstas no artigo 2º da Constituição Federal e no artigo 5º da Constituição do Estado de São Paulo.

7. O Tribunal de Justiça de São Paulo tem sólida jurisprudência apontando que a organização das vias e dos locais de estacionamento nos Municípios é matéria relativa à gestão administrativa, pelo que a iniciativa de normas acerca de tais assuntos é privativa do Poder Executivo:

Ação Direta de Inconstitucionalidade - Lei nº 3.887/2020 do Município de Mairiporã, de iniciativa parlamentar, que dispõe sobre a criação de vagas de estacionamento exclusivo para veículos de transporte escolar em frente às creches e escolas de ensino fundamental e médio - **Inconstitucionalidade por violação ao princípio da separação, independência e harmonia entre os Poderes – Precedentes do Órgão - Afronta aos artigos 5º, 47, II e XIV, e 144 da Constituição do Estado de São Paulo – Precedentes deste Colegiado - AÇÃO PROCEDENTE.** (TJSP; Direta de Inconstitucionalidade 2197687-53.2020.8.26.0000; Relator (a): Moreira Viegas; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo - N/A; Data do Julgamento: 01/09/2021; Data de Registro: 02/09/2021). Grifamos.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

110
SAJ

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Lei Municipal nº 5.962, de 20.10.15, dispondo sobre a criação de bolsões de proteção para motocicletas nas vias providas de semáforos do município de Jacareí. Inadmissibilidade. **Vício de iniciativa. Cabe, privativamente, ao Executivo a iniciativa legislativa de projetos que interfiram na gestão administrativa. Precedentes. Desrespeito ao princípio constitucional da 'reserva de administração'. Precedentes do STF.** Fonte de custeio. Falta absoluta de indicação de fonte de custeio. Ação procedente. (TJSP; Direta de Inconstitucionalidade 2241961-78.2015.8.26.0000; Relator (a): Evaristo dos Santos; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo - N/A; Data do Julgamento: 16/03/2016; Data de Registro: 17/03/2016). Grifamos.

8. Também existem entendimentos que, além de afrontar matéria de iniciativa exclusiva do Prefeito, leis com teor semelhante a esta que se pretende aprovar usurpariam a competência da União para regulamentar as normas de trânsito:

Ação direta de inconstitucionalidade em face da Lei nº 10.669, de 31 de maio de 2023, do Município de Santo André, que "autoriza o poder executivo a demarcar vagas de estacionamento para veículos de idosos, deficientes e para operação de carga e descarga em frente a templos religiosos e entidades filantrópicas". 1. **Lei Municipal que extrapola regras gerais estabelecidas em Legislação Federal - Usurpação de competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte - Violação aos artigos 1º e 144 da Constituição Bandeirante, além do artigo 22, inciso XI, da Carta da República.** 2. Diploma normativo de autoria parlamentar, ademais, que dispôs sobre matéria de gestão administrativa - Impossibilidade - **Ato típico de administração, cujo exercício e controle cabe ao chefe do poder executivo - Ofensa ao pacto federativo e aos artigos 5º e 47, incisos II, XIV e XIX, letra 'A', todos da Constituição Paulista - Ação procedente.** (TJSP; Direta de Inconstitucionalidade 2062563-59.2024.8.26.0000; Relator (a): Vianna Cotrim; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo - N/A; Data do Julgamento: 07/08/2024; Data de Registro: 09/08/2024). Grifamos.

9. Assim, em que pesem as boas intenções do projeto, temos que existe insanável vício de iniciativa.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

FOLHA

239

1102
SAJ

III. DA CONCLUSÃO

10. Salientando que não cumpre a esta Secretaria de Assuntos Jurídicos a manifestação sobre o mérito do aludido projeto, entendemos que a propositura em questão apresenta impedimento para tramitação em razão de inconstitucionalidade, motivo pelo qual encontra-se **inapta** a ser apreciada pelos Nobres Vereadores.

11. Caso o projeto eventualmente não seja arquivado, o mesmo deverá ser submetido às Comissões de a) Constituição e Justiça; e b) Segurança, Direitos Humanos e Cidadania.

12. Para aprovação é necessário do voto favorável da maioria simples, presentes, pelo menos, a maioria absoluta dos membros da Câmara em turno único de votação.

13. Este é o parecer opinativo, não vinculante e *sub censura*.

Jacareí, 11 de setembro de 2024

Jorge Cespedes **WAGNER TADEU BACCARO MARQUES**
Sec. Dir. Jurídico - Mat. 933 CONSULTOR JURÍDICO-LEGISLATIVO
OAB/SP Nº 164.303

Vg



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

RC

PALÁCIO DA LIBERDADE

Cód. 01/55 1P-03 10

Folha

125

Câmara Municipal
de Jacareí

PARECER DA COMISSÃO 1-CCJ **CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

PLL Nº 68/2024 - PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO - PARECER JURÍDICO PELO ARQUIVAMENTO -	
ASSUNTO:	Dispõe sobre a criação de vaga de embarque e desembarque para motoristas que realizam o serviço de transporte individual de passageiros, oferecido e solicitado exclusivamente por aplicativos ou por outras plataformas de comunicação em rede, no âmbito do município de Jacareí e dá outras providências.
AUTORIA:	Vereadora Juliana da Fênix.

Nos termos regimentais, tendo a propositura discriminada em epígrafe sido remetida para avaliação da Comissão Permanente de **CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**, os integrantes do colegiado se manifestam conforme abaixo:

Vereador	Voto	Assinatura
PAULINHO DO ESPORTE (Presidente)	☐ Seguir ao Plenário ☒ Arquivar	
MARIA AMÉLIA (Relatora)	☐ Seguir ao Plenário ☒ Arquivar	
SÔNIA PATAS DA AMIZADE (Membro)	☒ Seguir ao Plenário ☐ Arquivar	

Justificativa: _____

Câmara Municipal de Jacareí, 23 de setembro de 2024.

CONCLUSÃO:

Diante das manifestações acima, a propositura deverá ser:

() Encaminhada ao Plenário.

(X) Arquivada.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE

Folha

138

Câmara Municipal
de Jacareí

Ref.: PLL nº 68/2024 - Projeto de Lei do Legislativo.

Autoria: Vereadora Juliana da Fênix.

Assunto: Dispõe sobre a criação de vaga de embarque e desembarque para motoristas que realizam o serviço de transporte individual de passageiros, oferecido e solicitado exclusivamente por aplicativos ou por outras plataformas de comunicação em rede, no âmbito do município de Jacareí e dá outras providências.

DESPACHO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do inciso III, do artigo 87, c/c o § 11, do art. 124, do Regimento Interno desta Casa, em razão da conclusão dos pareceres da Secretaria de Assuntos Jurídicos e da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Legislativo, lançados às fls. 10 a 12 dos autos, comunico o **ARQUIVAMENTO** do processo discriminado em epígrafe e, para a produção dos efeitos regimentais, por minha ordem, seja o teor do presente despacho encaminhado à vereança pela Secretaria Legislativa.

Câmara Municipal de Jacareí, 26 de setembro de 2024.

ABNER RODRIGUES DE MORAES ROSA
Presidente